

Governador Valadares, 21 de julho de 2022

Ao Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG

Carta de Apresentação

Ref.: Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 30/06/2022.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao requerimento da Resolução 4.720 e demais normas vinculadas, estamos enviando o arquivo eletrônico contendo os documentos abaixo elencados e que compõem as Demonstrações Financeiras de Opção Administradora de Consórcios Ltda. Relativas ao período supramencionado.

- I – Demonstração do Resultado do Exercício
- II – Balanço Patrimonial
- III – Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido
- IV – Notas Explicativas da Administradora
- V - Demonstração das Variações nas Disponibilidades dos Grupos
- VI – Demonstração dos Recursos de Grupos de Consórcios
- VII – Notas Explicativas dos Grupos de Consórcios.
- VIII – Relatório de Auditoria Independente

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados em setembro do presente no sítio eletrônico da Instituição, endereço:

<https://consorciogarantia.com.br/web/wp-content/uploads/2022/03/Publicacao-1o-semester-2022.pdf>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no sítio eletrônico desta Instituição.

Sem mais,

José Luis Ciatti
Contador
CRC (MG) 053.259/O-1

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro
Diretor

Senhores sócios e consorciados:

Submetemos à apreciação de V. Sas. às demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2022 e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que pressupõe a continuidade das suas atividades no futuro previsível.

A política de distribuição de lucros não apresenta critério definido, atendendo o previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

No primeiro Semestre de 2022, a empresa registrou Prejuízo de R\$ 44.661,52 (quarenta e quatro mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e dois centavos), Patrimônio Líquido de R\$ 554.326,72 (quinhentos e cinquenta e quatro mil trezentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), Ativos num total de R\$ 779.219,17 (setecentos e setenta e nove mil duzentos e dezenove reais e dezessete centavos) e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 1.299.761,44 (um milhão duzentos e noventa e nove mil setecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Os limites impostos pela autoridade fiscalizadora, como Alavancagem, Imobilização e PLA mínimo foram plenamente atendidos pela empresa.

Demais imposições regulamentares, no tocante ao componente de *Ouvidoria, controles internos, Auditoria Externa, COMPLIANCE, Auditoria Interna, PLD Política de Prevenção a Lavagem de Dinheiro, LGPD* – Lei de proteção de dados foram adequados considerando o tamanho, porte, risco e complexidade das operações da entidade.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em R\$ 1.000)

CONTAS	2º Semestre 2021	1º Semestre 2022
Rendas Tit. Renda Fixa	10,43	12,17
Rendas Taxa Administração	1.185,68	1.299,76
Outras Receitas Operacionais	1,75	0,00
(-)Despesas Administrativas	1.070,62	1.260,76
(-)Aprov. de Ajustes Patrimoniais	12,60	6,89
(-)Outras Despesas Operacionais	135,68	139,45
= LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	(21,04)	(95,17)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	50,51
PROVISÕES DE IMPOSTOS		
Imposto de Renda	0,00	0,00
Contribuição Social	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(21,04)	(44,66)

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$ 1.000)

	31/12/2021	30/06/2022
Ativo Circ.Real.L.Prazo	835,64	294,01
Disponibilidades	0,66	30,26
Caixa	0,00	0,00
Depósitos Bancários	0,66	30,26
Tít. e Vrs. Mobiliários	490,42	151,27
Outros Créditos	344,56	112,47
Valores Específicos	307,65	0,00
Diversos	36,91	112,47
Ativo Permanente	471,84	485,21
Investimentos	400,00	400,00
Imobilizações em Curso	0,00	39,96
Móveis e Equipamentos de uso	37,82	67,04
Veículos	99,49	18,50
(-) Depreciação Acumulada	(65,47)	(40,29)
Ativo Compensado	39.399,82	57.397,72
Vrs.Pendentes Cobrança Judicial	0,00	227,76
Vrs. Devidos a consorciados Gr.Enc.	0,00	72,12
Vrs. Aplicados p/Administradora	0,00	72,12
Depósitos não procurados	0,00	0,61
FI Recursos não procurados	0,00	43,33
FI Recrusos Recebidos	0,00	28,18
Rec. de Consórcios	38.703,67	55.980,70
Prev. Mensal Receber	696,15	1.045,00
TOTAL DO ATIVO	40.707,30	58.176,94

Passivo Circ.e Real.L.Prazo	708,49	224,90
Empréstimos no País	84,49	75,22
Fiscais e Previdenciárias	39,48	49,35
Obrigações Diversas	386,56	100,33
Diversos	197,94	0,00
Patrimônio Líquido	598,98	554,32
Capital Social	1.400,00	1.400,00
Lucros/Prejuízos Acum.	(801,01)	(845,68)
Passivo Compensado	39.399,82	57.397,72
Vrs. Pendentes Recebto. Judicial	0,00	227,76
Vrs. Devidos a Consorciados	0,00	72,12
Recursos Não Procurados	0,00	43,94
Recrussos Recebidos	0,00	28,18
Vrs. Aplicados P/Administradora	0,00	72,12
Recursos Coletados	38.703,67	55.980,70
Contribuições a Receber	696,15	1.045,00
TOTAL GERAL DO PASSIVO	40.707,30	58.176,94

Variação Nos Componentes do Capital Circulante **Em R\$1.000 1º semestre 2022**

Componentes	Vrs. em 31/12/2021	Vrs. em 30/06/2022	Variações
Ativo Circulante	835,64	294,01	541,63
Passivo Circulante	708,48	224,89	483,59
Capital Circulante	127,15	69,12	-58,04

Origem e aplicação de recursos 1º Semestre 2022

01- Origens de Recursos

I - Baixa bens do Ativo Imobilizado	48,94	
II - Diminuição Ativo Circulante	58,04	
III – Depreciação	6,89	113,87

02 - Aplicações de Recursos

I - Prejuízo no Semestre	44,66	
II – Aquisição Cotas de Consórcios	39,95	
III - Aquisição equipamentos Informática	29,26	113,87

Componentes	31/12/2021	Sem	30/06/2022
Capital	1.400,00		1.400,00
Lucros/Prejuízos	(801,01)	(44,66)	(845,67)
TOTAIS	598,99	(44,66)	554,33

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

1º Semestre de 2022		
Lucro Líquido do Exercício		-58,04
Parcela dos Sócios da Controladora	0,00	
Parcela dos Não Controladores	0,00	
(-) Ajustes de Instrumentos Financeiros		0,00
Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros		0,00
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas		0,00
Ajustes de Conversão do Período		0,00
(-) Tributos sobre Ajustes de Conversão do Período		0,00
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação		0,00
Ajustes de Instrumentos Financeiros Reclassificados para Resultado		0,00
Outros Resultados Abrangentes		0,00
Parcela dos Sócios da Controladora	0,00	
Parcela dos Não Controladores	0,00	
Resultado Abrangente Total		-58,04
Parcela dos Sócios da Controladora	0,00	
Parcela dos Não Controladores		

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. – ADMINISTRADORA

I) CONTEXTO OPERACIONAL - A Opção Administradora de Consórcios Ltda., é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens duráveis, novos ou usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de participantes do público em geral, com atuação a nível nacional.

II) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

- As demonstrações contábeis foram preparadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Para a contabilização das operações, **declaramos** que foram utilizadas as normas e regulamentações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Opção Administradora de Consórcio evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários.

III) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

A - Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

B - Apuração do resultado - O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate líquido.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos e pelo efetivo compromisso de pagamento.

C - Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

D - Instrumentos financeiros – A empresa não possui esta modalidade de instrumentos.

E - Imobilizado de uso - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Os bens são depreciados às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. Veículos a 25% a.a.

Bens	% Depr.anual	Aquisição	Deprec.Acum.	Residual 2022
Móveis e Equipamentos	10%	11.456,00	859,23	10.596,77
Sistema de Processamento de Dados	20%	55.617,71	21.314,47	34.303,24
Sistema de Transporte	25%	18.494,00	18.130,81	363,19

F - Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo) - Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro tributável considerando a alíquota de 9%. No período encerrado em 30/06/2022 não foram provisionados os tributos devido ao Prejuízo apurado mensalmente.

G - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

H - Outros ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, inclusive 13º salário e férias acrescidos dos encargos.

i - Despesas antecipadas São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime da competência.

J - Resultado recorrente e não recorrente – A empresa não apresenta no período.

L - Eventos subsequentes – A empresa não apresenta eventos subsequentes no período.

M - Transações com partes Relacionadas – A empresa não possui transações com partes relacionadas

Oliveira, de 30 de junho de 2022.

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro
Diretor
CPF: 069.195.716-992

José Luis Ciatti
Contador
CRC MG 053.259/O-1
CPF 620.688.496-15

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS EM R\$ 1.000

	2º Semestre 2021	31 12 2021 Acumulado	1º Semestre 2022
DISPONIBILIDADES	4,298,23	0,00	4.598,56
Depósitos Bancários	81,18	0,00	20,76
Aplicações Financeiras	644,60	0,00	1.089,78
Aplicações Financ.Vinc.	3.572,44	0,00	3.488,00
REC.COLETADOS(+)	6.987,59	38.703,67	20.626,02
Contrib.p/Aquis.Bens	5.638,28	29.911,59	15.516,70
Taxa Administração	1.034,67	5.780,48	3.607,62
Contrib.p/Fundo Reserva	98,77	524,59	197,46
Rend.Aplic.Financeira	49,85	213,26	305,24
Multa J.Monetários	31,13	129,35	66,34
Prêmio de Seguros	125,94	940,02	532,18
Outros	8,95	1.204,38	400,48
REC. UTILIZADOS(-)	6.687,26	34.105,11	17.981,12
quisição de bens	5.326,20	25.851,45	13.127,80
Taxa Administração	1.034,67	5.780,48	3.607,98
Multa e Juros Repassados	15,58	64,53	33,14
Prêmio de Seguros	125,94	940,02	532,18
Custas Judiciais	0,30	0,00	0,00
Devolução a Consor. Deslig.	23,14	233,32	141,31
Outros	161,43	1.235,31	538,71
DISPONIBILIDADES	4.598,56	4.598,56	7.243,46
Depósitos Bancários	20,76	20,76	43,31
Aplicações Financeiras	1.089,78	1.089,78	2.206,81
Aplic.Financ.Vinc.Contemp.	3.488,00	3.488,00	4.993,34

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS EM R\$ 1.000

	31/12/2021	30/06/2022
Ativo Circulante	11.690,53	17.288,20
Disponibilidades	20,76	43,31
Depósitos Bancários	20,76	43,31
Aplic.Interf.Liquidez	4.577,79	7.200,15
Aplicações Financeiras	4.577,79	7.200,15
Disponibilidades dos Grupos	1.089,78	2.206,80
Vinculada Contemplações	3.488,00	4.993,35
Recursos de Grupos em formação	0,00	0,00
Outros Créditos	7.091,96	10.044,74
Valores Específicos	7.091,96	10.044,74
Direitos Junto a Consor.Cont.	7.091,96	10.044,74
Normais	6.895,34	9.683,33
Em atraso	130,93	231,34
Em cobrança judic. grs.em andam.	65,68	130,07
Compensação	50.174,02	72.384,88
Consórcio	50.174,02	72.384,88
Previsão Mensal Recursos	696,15	1.045,01
Contrib. Devidas ao Grupo	25.558,25	36.506,73
Valor bens/serviços a contem.	23.919,62	34.833,14
TOTAL ATIVO	61.864,55	89.673,08
Passivo Circulante	11.690,53	17.288,20
Outras Obrigações	11.690,53	17.288,20
Obrigações Diversas	11.690,53	17.288,20
Obrigações com Consorciados	5.797,91	8.818,05
Valores a repassar	179,87	418,66
Obrigações por contem.pl.penden.	3.487,53	4.993,35
Recursos a devolver a consorc.	1.538,25	2.204,90
Recursos do Grupo	686,94	853,24
COMPENSAÇÃO	50.174,02	72.384,88
CONSÓRCIO	50.174,02	72.384,88
Rec. Mensais a Receber	696,15	1.045,01
Obrigações do Grupo p/Cont.	25.558,25	36.506,73
Bens/Serviços a contemplar	23.919,62	34.833,14
TOTAL DO PASSIVO	61.864,55	89.673,08

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS GRUPOS ADMINISTRADORA: OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
CNPJ: 20.919.916/0001-57

IV) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações dos grupos de consórcios, foram elaboradas a partir das demonstrações de cada grupo de consorcio e divulgadas a partir da constituição do primeiro grupo de consorcio.

ATIVO.

- Aplicações financeiras - São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular no 3.432/09, do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo de acordo com o saldo de cada conta.
- Outros créditos - Referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva (se aplicável), calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

PASSIVO

- Obrigações com consorciados - As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.
- Valores a repassar - Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e os prêmios de seguros. As multas rescisórias são deduzidas dos consorciados excluídos.
- Obrigações por contemplações a entregar - Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.
- Recursos a devolver a consorciados - Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem, que dependem da contemplação para o seu ressarcimento.
- Recursos dos grupos - Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

- Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados - Demonstam a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022.
- Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022.
- Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de Dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022.

V)PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A empresa não possui nenhuma contingência Ativa patrocinada junto a terceiros, pessoa física ou jurídica, nem Passiva onde figure como ré em demanda judicial.

VI) OUTROS PASSIVOS

A empresa não possui eventos ou fatos subsequentes que possam interferir ou alterar os saldos apresentados.

VII) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), e está totalmente integralizado. A empresa apresenta um saldo de Prejuízos Acumulados no total de R\$ 845.673,28 (oitocentos e quarenta e cinco mil seiscientos e

setenta e três reais e vinte e oito centavos), ficando o Patrimônio Líquido em R\$ 554.326,72 (quinhentos e cinquenta e quatro mil trezentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos).

VIII) - INFORMAÇÕES ADICIONAIS OBRIGATÓRIAS:

A empresa tem sua Sede localizada na cidade de Governador Valadares, estado de Minas Gerais, à Rua Peçanha nº 300, Centro. Está estabelecida como Sociedade Empresária Ltda. E possui nome fantasia de Consórcio Nacional Garantia. Está classificada como Administração de Consórcios Para Aquisição de Bens e Direitos e tem seu quadro de sócios e administradores composto por:

Douglas Willians Neves
 Diego Neves Ferreira
 Antônio de Assis Neves Júnior
 Hugo Leonardo Silveira Soalheiro (Sócio Administrador)

IX – INFORMAÇÕES FÍSICAS DOS GRUPOS

Dados	31.12.2021	30.06.2022
Quantidade de Grupos Administrados	10	14
Quantidade de bens Entregues Acumulados	868	420
Quantidade de bens Entregues no Período	324	420
Taxa de Inadimplência	14,3232590%	17,795131%
Quantidade de Consorciados Ativos Acumulado	2.283	3.536
Quantidade de Consorciados Ativos no Período	198	592
Quantidade de Consorciados Excluídos Acumulado	1.624	331
Quantidade de Consorciados Excluídos no Período	190	331
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	174	243

Foi realizada a transferência de três grupos em andamento 116 (cento e dezesseis), 117 (cento e dezessete), 118 (cento e dezoito), da empresa BRISA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, com CNPJ.: Nº 06.046.109/0001-46, para a empresa OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, com CNPJ.: Nº 20.919.916/0001-57 que passa a denominar os citados grupos em sua base com 1160, 1170 e 1180, com a efetiva comunicação ao BACEN no dia 06/05/2022.

RESUMO DOS PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS – 1º SEMESTRE/2022
CONSÓRCIO GARANTIA

1. Considerações Iniciais

A Administradora manteve a diretriz estratégica adotada no exercício anterior, aprofundando esforços de integração entre seus sistemas e tecnologias e investindo no Inbound Marketing.

2. Marketing e Vendas

Em se tratando do Marketing, a empresa redefiniu seu perfil no Instagram, considerando as diretrizes recentes do algoritmo daquela plataforma, que prioriza o engajamento. Novas linhas editoriais foram estabelecidas, assim como foi definida a padronização de linguagem, cores e símbolos para desenvolvimento e distribuição de conteúdo no Instagram.

Em se tratando das Vendas, a empresa optou pelo corte na estrutura de um dos seus pontos de venda avançados, considerando a otimização futura dos canais de vendas que a Administradora está procedendo paulatinamente.

3. Otimização de processos e transformação digital

A empresa iniciou os processos de mapeamento de funções e informações para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados, com vistas à total implantação até o final do ano de 2022.

Em se tratando dos canais digitais, a empresa tem mantido o desenvolvimento e adensamento dos canais por WhatsApp e a integração destes com o Instagram e CRM.

4. Tratativas da Pandemia

Foram preservadas as regras de isolamento dos colaboradores, através de trabalho remoto (home office) para alguns destes, e mudança de layout nas dependências internas, além da manutenção das medidas adotadas desde 2020 – distribuição e adoção de máscaras, uso de álcool gel, uso de faixas e distanciamento físico entre clientes e colaboradores.

Oliveira, 30 de junho de 2022

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro

Diretor

CPF.: 069.195.716-92

José Luis Ciatti

Contador

CRC (MG) 053.259/0-1
CPF 620.688.496-15

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios e Administradores da
Opção Administradora de Consórcios Ltda.
Governador Valadares/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa Opção Administradora de Consórcios Ltda., que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de Junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do Patrimônio Líquido, resultado abrangente e dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades de Grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opção Administradora de Consórcios Ltda., em 30 de Junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de Recursos de Consórcios em 30 de Junho de 2022 e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcio para o semestre findo nessa mesma data de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção das notas explicativas às demonstrações financeiras item III) Principais Práticas Contábeis da Administradora item” b” – Apuração do Resultado, que trata da apropriação das receitas e despesas relativas aos recebimentos das receitas nos grupos de consórcios de acordo com as contribuições pagas e despesas com a comercialização de cotas quando da inclusão dos consorciados nos grupos e efetivo compromisso de pagamento, diferentemente do previsto no artigo 7º. da Resolução BCB nº 120 de 27.07.2021 que prevê o reconhecimento “Pró Rata Temporis” Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 20 de Julho de 2022

Arezu Auditoria e Contabilidade S/S
CRC2SP023952/O-8
Dantes Provetete Neto
CRC 1RJ044876/0-8" T"SP